

O prolongamento da convivência familiar

A perspectiva de durabilidade dos eventos que nos cercam, de acordo com grande parte dos pensadores contemporâneos, está sendo sempre permanentemente desmontada. As experiências de vida são quase sempre temporárias e a sociedade moderna, até pouco tempo marcada por instituições tradicionais como o Estado, a Igreja e a Família, sucumbe diante da fragilização dessas instituições. Dessa forma, abre-se espaço para um viver no qual valores e referências estáveis confrontam-se com a rapidez e a provisoriedade dos fatos.

O processo de individualização, vivido nos limites da sociedade ocidental, vem se constituindo como um paradoxo para o indivíduo contemporâneo, pois autoriza-o a sonhar com uma vida que congregue, ao mesmo tempo, estar só e estar junto. Assim, ele tenta se acomodar com uma vida dupla, que associe uma vida pessoal a uma vida coletiva. A angústia decorrente desta desorientação tem sido objeto de reflexões de muitos pensadores, entre os quais destacamos Lipovetsky (2002) e Costa (2005). Estes autores admitem que os impasses provocados por alguns dos ideais contemporâneos corroem os valores tradicionais: contudo, também argumentam a existência de um fortalecimento de novas formas de participação e de interação por parte do indivíduo, hoje.

O paradoxo da família que prolonga a convivência consiste em manter a dependência ou as dependências quando o que se espera desta instituição, neste momento da família, é a promoção da autonomia e da independência, qualidades que incentivam a maturidade do indivíduo. Singly (2000) afirma que a construção de negociações efetuadas por filhos adultos que moram com os pais leva-os a tornarem-se “autônomos em uma relação de dependência” (p. 248). O espaço colocado à disposição do filho adulto vem a ser o exercício de um paradoxo, por permitir a autonomia sem suprimir os laços de dependência.

Abraçar essas idéias – e expor ainda outras, que a elas se articulem e suscitem o confronto e desdobramentos – é o que temos a intenção de apresentar nesse capítulo. Para abordar o prolongamento da convivência familiar nos dias atuais, ou seja, a permanência dos filhos adultos na casa dos pais, privilegiaremos

a discussão de cinco eixos principais: a esfera do trabalho, o adiamento do casamento, a revalorização do espaço familiar, a metáfora do acolhimento e a cultura contemporânea voltada para os cultos da juventude, saúde e beleza. Segundo nossa concepção do tema, estes eixos se integram e constituem o fenômeno sobre o qual nos propomos a refletir.

2.1

A esfera do trabalho como um indicador de transformações na convivência familiar

Este início de terceiro milênio indica um menu de opções no qual a instabilidade, a incerteza e a insegurança se apresentam como fatores constitutivos do indivíduo contemporâneo. No âmbito da família, esses sentimentos permeiam as relações e provocam mudanças que se fazem sentir nas atitudes e comportamentos frente a situações do domínio social, entendida a família como a instância mediadora entre esse domínio e o indivíduo. Esses sentimentos são efeito de algumas perdas de referências fundamentais instituídas pelas condições de vida nos grandes centros urbanos, pela globalização e o avanço da tecnologia, o desemprego e as novas relações de trabalho, pelo ideal do individualismo, entre outros fatores que compõem o painel da contemporaneidade ou do mundo na pós-modernidade.

Bauman (2000) nos fala a respeito de uma nova modalidade da ordem capitalista, o capitalismo leve, marca registrada da pós-modernidade. O pós-fordismo “é um viver num mundo cheio de oportunidades, cada uma mais apetitosa e atraente que a anterior, cada uma compensando a anterior e preparando o terreno para a mudança da próxima”. (p.74) O capitalismo leve e flutuante é marcado pelo desengajamento e pelo enfraquecimento dos laços que prendem o capital ao trabalho, instaurando uma nova liberdade de movimentos impensáveis no passado. “A reprodução e o crescimento do capital, dos lucros e dos dividendos e a satisfação dos acionistas se tornaram independentes da duração de qualquer comprometimento local com o trabalho”. (p.171) Em suma, o novo capitalismo ou capitalismo avançado move-se rapidamente, evita o enraizamento, pressupondo que a sobrecarga advinda da formação de laços ou

comprometimentos possa tornar-se prejudicial aos seus objetivos, tendo em vista as novas oportunidades que surgem.

Outro elemento, sustentamos, ser tecido na conjunção do capitalismo leve consiste nas novas bases das relações de trabalho e no emprego assalariado. No ponto de vista de Giannotti (2002), a questão do emprego torna evidente a visão da sociedade de riscos em que vivemos. O fato de a sobrevivência física do indivíduo depender de um salário torna previsível o sentimento de ameaça constante com que ele se depara, considerados a precariedade dos empregos formais, a instabilidade dos informais e o desemprego efetivo ou possível que se observam em tempos de capitalismo leve.

O capitalismo contemporâneo, com a configuração que vem assumindo ao longo dos últimos tempos, traz a reboque uma lógica destrutiva. Antunes (2003) sustenta essa afirmação, colocando em evidência a importância da ascensão das formas produtivas flexibilizadas e desregulamentadas, das quais a chamada acumulação flexível e o *toyotismo* seriam exemplos. Essas seriam respostas do capital à sua própria crise estrutural. De acordo com o autor, o modelo japonês originado na fábrica Toyota baseia-se na produção vinculada à demanda e na terceirização, dentre outras características. A fim de facilitar nossa compreensão, contrapomos esse modelo ao *fordismo* e observamos que ao reduzir violentamente a produção no interior da empresa, o *toyotismo* cria uma legião de terceirizados, sub-contratados, *free-lancers* e ainda outras formas laborativas, que fazem surtir conseqüências enormes no mundo do trabalho.

Kurz (2003) acrescenta a essa conjunção o surgimento de uma nova classe social, a classe global, construída a reboque dos avanços da tecnologia na década de 1990. Essa classe, segundo o autor, teria sido a grande ganhadora com o implemento da globalização, uma vez que foi forjada entre os avanços do conhecimento e do acesso à tecnologia da informação, estabelecendo-se num *locus* social privilegiado. Seria uma geração fundadora da sociedade informatizada e “constituiria um novo paradigma de dominação social, uma vez que ela dá o tom em termos culturais, generaliza seus valores e faz de suas inclinações específicas o sonho de muitos”. (p.10) A classe global, por suas características flexíveis e desenraizadas, vem a ser cultuada pelo universo jovem como modelo identificatório calcado em sua extrema mobilidade, domínio da

informação e construção de um universo virtual de diversão colocado à venda pelo mercado de consumo.

Esse universo jovem, orientado pela globalização e informação em tempo real, ao adentrar o mundo do trabalho, traz consigo essa mentalidade e, dessa forma, segundo Tapscott (1998), pressiona por mudanças na noção tradicional de uma empresa, movida por comando e hierarquia de poder. “O antigo modelo de empresa não pode funcionar em uma economia direcionada pela inovação, imediatismo e interconexão” (p.202). Sendo assim, diante das possíveis oposições encontradas, os jovens podem decidir que a melhor maneira de lutar contra o *status quo* é deixá-lo e sair em busca de seu próprio negócio, o seu empreendimento, o que, de acordo com a pesquisa de uma rede de televisão brasileira acerca do universo jovem (realizada em 1999), constitui o ideal da grande maioria desse segmento. Essa geração, afetada pelo desemprego e aliada aos recursos da informação em tempo real, investe em um empreendedorismo que constitui uma grande reviravolta no mundo do emprego.

Esse quadro de instabilidade e incerteza, associado ao novo paradigma econômico, se reflete não só na vida pessoal do indivíduo, como também em seus relacionamentos sociais. A esse respeito, Giannotti (2002) assinala que os sentidos vagos e às vezes contraditórios empregados pelas instituições contemporâneas, encarregadas de vigiar o exercício das normas sociais, inviabilizam a formação de uma identidade do trabalhador. Nas sociedades tradicionais, em que as relações de parentesco ou pertencimento a um grupo ou classe social asseguravam a matriz dessa identidade, isso não acontecia. O que se observa hoje, segundo o autor, é que o capital, ao explorar as diferenças de produtividade do trabalho coletivo, transforma o companheiro de trabalho em um virtual concorrente, uma ameaça à existência do indivíduo como um empregado. Esses seriam os efeitos perversos do processo de assalariamento instável que atinge a sociedade contemporânea como um todo.

Simmel, ao analisar os primórdios desse processo, chama a atenção para o dilema enfrentado pelo indivíduo, no âmbito do trabalho, ao lidar com a extrema competição nas metrópoles. A conquista de um lugar, de uma fonte de renda que ainda não esteja exaurida e de uma função em que não possa ser rapidamente substituído constitui uma luta diária para esse indivíduo urbano, e a metrópole é a

arena desse combate. Para isso, é necessário que o indivíduo se especialize em seus serviços.

A especialização do trabalho reclama do indivíduo um aperfeiçoamento cada vez mais unilateral. E um avanço grande no sentido de uma busca unilateral com muita frequência significa a morte para a personalidade individual. O indivíduo se tornou um mero elo em uma enorme organização de coisas e poderes que arrancam de suas mãos todo o progresso, espiritualidade e valores, para transformá-los de sua forma subjetiva na forma de uma vida puramente objetiva. Não é preciso mais do que apontar que a metrópole é o genuíno cenário dessa cultura que extravasa de toda a vida pessoal. (Simmel, 1976, p.23)

Sennett (1998), comentando o novo capitalismo, também ressalta o efeito desorientador, na vida do indivíduo, dessa economia baseada no princípio do não-comprometimento a longo prazo. Na visão do autor, esse princípio afeta a personalidade do indivíduo devido às suas características de não-durabilidade e prazos curtos. O indivíduo necessita de virtudes estáveis como confiança, lealdade e comprometimento para o desenvolvimento de seu caráter, o que é de certa forma inviabilizado pelas características dos ambientes de trabalho contemporâneos. Sennett argumenta que as atuais transformações no setor produtivo estão originando uma “sociedade de ovos quebrados”, em que as perdas produzidas são irreparáveis para a qualidade do convívio social e para a produtividade econômica. O fim do emprego estável e o enxugamento das empresas provocam um efeito perverso ao multiplicar os excluídos do mercado e levar os remanescentes a um crescente desânimo e a um descomprometimento com a empresa.

O sinal mais tangível da mudança da rigidez para a flexibilidade, na esfera da economia, vem a ser uma nova noção de tempo. O fato de haver um esmaecimento na concepção de longo prazo altera a relação do indivíduo com o trabalho.

No trabalho, a carreira tradicional que avança passo a passo pelos corredores de uma ou duas instituições está fenecendo; e também a utilização de um único conjunto de qualificações no decorrer de uma vida de trabalho. Hoje, um jovem americano com pelo menos dois anos de faculdade pode esperar mudar de emprego pelo menos onze vezes no curso do trabalho, e trocar sua aptidão básica pelo menos outras três durante os quarenta anos de trabalho. (Sennett, 1998, p.23)

Assim, as qualidades do compromisso, da lealdade e da confiança, associadas à durabilidade, entram em conflito com as características da nova realidade conectada à flexibilidade e inerente ao sistema de curto prazo. As novas relações de trabalho operam em bases móveis, episódicas e fragmentadas, criando dessa forma a instabilidade tanto no domínio do trabalho quanto no da família, pelo fato de que o tipo de comprometimento fundamentado nessa última é oposto ao descompromisso efetivado fora dela. Vale lembrar que a família é percebida como um santuário do compromisso e da lealdade.

A ascensão da ideologia de mercado é também um importante aspecto contemporâneo a influenciar os comportamentos humanos e, como tal, se afirma como uma das forças de transformação das relações afetivas e sociais. Sem dúvida, num mundo onde a ideologia dominante é a disputa de mercado, o indivíduo, transformado em consumidor e incumbido de manter o fluxo em andamento, vivencia experiências de fragmentação e superficialidade. Bauman (2000), ao dissertar acerca da problemática da sociedade de produtores *versus* sociedade de consumidores, ressalta que a pós-modernidade envolve seus membros na condição de consumidores e não de produtores. Para ele, a sociedade produtora é fixa, sólida e pesada, obedece à conformidade, assim como protege os limites entre as normas e as anormalidades. Por outro lado, a vida organizada em torno do consumo deve se bastar sem normas, referências ou comparações, e deve ser orientada pela sedução e pelo desejo sempre crescentes. O consumidor deve ser flexível e ajustável para enfrentar e absorver o novo e o surpreendente que são exaltados nas condições de vida postuladas por essa ordem.

Em última instância, talvez possamos dizer que a insegurança afeta o indivíduo na medida da sua imersão num mundo que não oferece proteção, não auxilia o enraizamento e o compromisso através dos laços afetivos e sociais, e que a sensação de deriva representa o estar em uma sociedade em movimento. Tanto a incerteza quanto a instabilidade completam esse cenário contemporâneo e constituem o solo fértil para o aparecimento do já conhecido mal-estar da pós-modernidade.

2.1.1

O mundo do trabalho e suas repercussões na família de adultos coabitantes

Primeiramente pretendemos destacar algumas tensões existentes entre a geração dos pais e a geração dos filhos na atualidade. A geração dos pais, também conhecida como “geração paz e amor” ou “geração maio de 68”, teve como principais atores os jovens, e a sua filosofia foi a das ruas. Idéias pichadas em muros sintetizavam o sentido do movimento: “é proibido proibir”, “fora burguesia”, “sexo livre”. A atmosfera da época era exaltante, tinha algo de político, mas foi essencialmente marcada pela ânsia de liberdade, de fraternidade e de festa. A pluralidade das correntes de pensamento, que a atravessaram, iam do marxismo ao anarquismo, passando ainda pelo surrealismo.

Na esfera familiar, essa geração travou verdadeiras lutas para a conquista de seus ideais libertários, sexuais e ideológicos. Os aspectos que melhor caracterizavam essa família eram a rejeição do novo pelos pais e o baseamento das relações familiares numa hierarquia rígida e com fronteiras bem demarcadas. Os diálogos guardavam o respeito às noções hierárquicas e as obrigações evoluíam no sentido da busca e da garantia de ascensão social, características da época do milagre econômico. Os conflitos advindos dessa configuração provocavam nos jovens a necessidade de diferenciação em relação aos pais, e para isso a saída de casa se verificava como condição de uma vida coerente em relação aos ideais que permeavam esse universo juvenil.

O pano de fundo da geração dos filhos varia da revolução da comunicação à clonagem, da AIDS à derrocada do ideal socialista, da internet à ecologia. Para Lasch (1977), o culto das relações interpessoais pouco exigentes ou das relações igualitárias que se baseiam ou incorporam a ideologia dos compromissos não-obrigatórios representa, bastante fielmente, as necessidades psicológicas do indivíduo contemporâneo. De fato, o tipo de relação afetiva produzida entre jovens fora da esfera familiar baseia-se nesta ideologia. O universo das relações afetivas dos jovens se constitui a partir das vicissitudes da contemporaneidade no que concerne à excessiva valorização do eu nos tempos atuais, configurando uma verdadeira cultura narcísica.

No âmbito familiar, a horizontalização das relações interpessoais inaugurou o conceito de família igualitária. Esta noção, em linhas gerais, foi forjada em um reino de pluralidade de escolhas no qual as diferenças individuais são percebidas como mais importantes que as diferenças sexuais e de idade. Sendo assim, os papéis familiares sofreram mudanças expressivas: o território familiar deixou de ser uma microarena, como na geração passada, e tornou-se um espaço democrático e privilegiado no qual sobressaem a segurança, a confiança e o apoio entre os membros.

O prolongamento da convivência familiar, observado nos dias atuais, requer uma renegociação de papéis, uma vez que a interação entre pais e filhos, nesse caso, abarca uma relação de adultos na qual a função hierárquica ganha novos contornos. As relações se desenvolvem num sentido mais horizontal, como já visto, e a hierarquia pode ser assumida de forma mascarada, não explícita, uma vez que entre iguais ela pode significar autoritarismo, o que não estaria de acordo com as propostas contemporâneas de relacionamento. A família se acomoda e se adapta a essa realidade, visando uma convivência razoável para os seus membros. Com isso, queremos dizer que existe uma complementaridade funcional entre os papéis familiares, pela qual tanto os pais quanto os filhos se beneficiam da convivência.

Contudo observamos, nas famílias de adultos, diferenças na percepção a respeito do mundo do trabalho, e essas diferenças podem produzir um terreno de ambigüidade no espaço familiar, trazendo desconforto na relação entre pais e filhos. A geração dos pais, no que concerne à dimensão do público, é fortemente marcada pelas relações de compromisso e lealdade, valores associados à noção de durabilidade e de política de longo prazo. São característicos desta geração termos como segurança, visibilidade e amplitude, que denotam o quão importante, para quem pertence ao estrato social médio, é a idéia de uma carreira e da realização através do trabalho.

A geração dos filhos representa o mundo do trabalho em uma perspectiva de curto prazo e da provisoriade das experiências sociais, características do momento contemporâneo. A tática que se afigura como mais adequada para lidar com estas questões, como também com o imediatismo e com a velocidade da informação, segundo Tapscott (1998), consiste na atitude empreendedora. O

empreendedorismo vem a ser, de acordo com o autor, a forma mais adequada de trabalho para esta geração informatizada. Além disso, o autor assinala que as relações de trabalho que incluem uma hierarquia não se ajustam às mentalidades práticas, imediatistas e altamente informadas dos jovens dessa geração. O modelo de empresa tradicional – no qual existe hierarquia, controle e comando e metas que consistem em subir na estrutura empresarial – não se encaixa nas mentalidade desses jovens que buscam liberdade e ausência de hierarquia.

Como podemos perceber essas representações foram forjadas em cenários bem diferentes e, como tal, constituem visões distintas de uma mesma realidade. Se, por um lado, os pais vislumbram um futuro para os filhos em termos da construção de uma carreira, por outro lado os filhos descrêem em um futuro nesse sentido, temerosos da instabilidade e da insegurança geradas pelas transformações operadas nesse domínio. Assim, é comum encontrarmos nos discursos dos pais referências à acomodação dos filhos diante de suas dificuldades de inserção no mercado de trabalho: e nos discursos dos filhos, identificarmos em suas percepções sobre os pais, expressões como “parados no tempo” (Henriques, C. R. 2004). À guisa de ilustração, consideramos pertinente comparar as percepções acerca do mundo do trabalho entre estas duas gerações com o filme *E o vento levou*, representando o universo dos pais, e *Matrix*, representando o dos filhos. A discrepância estética equivaleria ao contraste entre dois tipos de pensamento: um, linear, o outro, fragmentado.

No entanto, a sociedade em que vivemos é plural e abarca a diversidade de modos de pensar e agir. Certamente, para aplacar a instabilidade e a incerteza geradas pelas condições de trabalho em nosso país, observamos que no campo da educação, o setor que mais cresceu nas últimas décadas foi o de cursos preparatórios para concursos públicos. O crescimento, de acordo com a Associação Nacional de Proteção e Apoio aos Concursos, foi de 20% no ano de 2005.¹ Isto mostra que, no imaginário de parte da população jovem em relação ao trabalho, habitam sentimentos de pertença e de busca de laços mais sólidos. Paralelamente, também, pode nos indicar o grau de influência dos pais na escolha e no direcionamento profissional dos seus filhos.

¹ Rocha, F. Quando a estabilidade é o que conta. Caderno Especial de Domingo. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 23/07/2006, p. 8.

Féres-Carneiro (1996) afirma que as famílias funcionais, de modo geral, expressam seus conflitos e têm recursos para resolvê-los, sendo que a comunicação é clara e direta. Entretanto, nas famílias de adultos, observamos uma certa disfuncionalidade no que tange à dimensão desta expressão na vivência do cotidiano. O controle parental, exercido explicitamente nos ciclos de vida familiar, referentes à infância e à adolescência, experimenta uma grande transformação. As questões da hierarquia e do controle dos pais sobre os filhos se presentificam como inadequadas, e atreladas a princípios preestabelecidos, em desacordo com a ideologia do igualitarismo, que norteia as relações. Portanto, talvez possamos dizer que uma boa parte dos conflitos forjados na interação deste tipo de família pode não se dar a ver, mascarando-se ou mesmo sendo evitada pelos seus membros, como forma de neutralizar o estresse da relação.

Parece que a família da qual falamos se refugia em sua própria estrutura, e esmaecendo as possibilidades de crise. Configura, assim, uma dinâmica calcada em padrões de interação que estabelecem uma espécie de pacto de convivência entre seus membros, criando um lugar onde os conflitos tornam-se silenciosos e velados. Entendemos que os mecanismos e acordos estabelecidos pelos membros da família visam a garantir o prolongamento da convivência familiar de uma forma confortável para todos. No interior dessas famílias, em que convivem na mesma casa adultos em diferentes posições pais e filhos, a lógica da segurança e do pertencimento parece encobrir as tensões da sociedade contemporânea, regida pela lógica da desterritorialização globalizada e do risco. A metáfora do lar como lugar de tranquilidade e permanência representa o convívio desse adultos de diferentes gerações.

No que tange ao universo do trabalho, todavia, consideramos que essa convivência pode ser permeada pelo mal-estar. Em outras palavras, a família deixa transparecer contrastes e ambigüidades quando o foco de discussão vem a ser a esfera do trabalho, pois os valores e ideais envolvidos em seu discurso se constituem como duas lógicas contraditórias. Esta esfera remete os sujeitos ao deslocamento constante e instável. A ambição e o empreendedorismo são prerrogativas do domínio público, enquanto no domínio privado familiar, em especial no tipo de família ao qual nos referimos, parece que os sujeitos se recusam a deslocar-se, ambicionar novas posições ou empreender mudanças.

A família, um espaço privilegiado de convivência intergeracional, apresenta-se como um lugar de troca e diálogo. Ao mesmo tempo, define-se como um território, no qual diferentes concepções de vida e mundo – fundadas a partir da especificidade cultural de cada uma das gerações em questão – se dão a ver. Assim, o encontro intergeracional de pais e filhos adultos pode indicar uma descontinuidade de valores e comportamentos de uma geração para a outra no que concerne à dimensão do trabalho.

Contudo, essa descontinuidade pode estar camuflada por uma atmosfera de proteção familiar que não permite sua revelação de modo imediato ou espontâneo. Em face das diferentes lógicas simultâneas, coexistentes, a exemplo do que desenvolvemos nesse item, tomamos as dimensões da convivência familiar e do trabalho, a fim de evidenciar algumas questões representativas das mudanças ocorridas na família contemporânea, o que vai permitir avançar na discussão e na compreensão das novas configurações familiares e dos novos modos de ser e estar em família hoje.

2.2

O adiamento do casamento nos dias atuais

A falência das instituições tradicionais tem sido indicada por muitos autores como uma marca de transição do moderno para o contemporâneo. Os compromissos duráveis – sejam eles afetivos ou relacionados ao sistema social mais amplo, como o trabalho, por exemplo – parecem não combinar com a velocidade da experiência cotidiana. Em Lasch (1984), encontramos uma interessante versão do indivíduo contemporâneo pela qual este é admitido como um sobrevivente e adota impulsos defensivos associados a esse estado. O autor ressalta que os compromissos de longo prazo e as ligações emocionais trazem certos riscos num mundo instável e imprevisível.

Na medida em que os homens e mulheres comuns não tenham confiança na possibilidade de uma ação política coletiva, não tenham esperança de reduzir os perigos que os cercam, eles acharão custoso ir adiante, sem adotar algumas das táticas do sobrevivencialismo. (Lasch, 1984, p.83)

O indivíduo como sobrevivente do cotidiano desliza entre um sentimento permanente de crise e uma impotência e desinteresse em relação às questões públicas. O risco de guerra nuclear, a ameaça de catástrofe ecológica, ou simplesmente o medo do envelhecimento, da doença, da dificuldade em se manter um relacionamento estão presentes na vida diária e geram comportamentos próprios de situações extremas, como “uma individualidade multiforme e uma anestesia emocional” (Lasch, 1984, p.84). É como se fosse um sentimento permanente de espanto diante da constatação de que nada deverá durar.

As táticas de sobrevivência referidas por Lasch, tais como as evitações de compromissos a longo prazo e de formação de vínculos afetivos duradouros, podem sintetizar a problemática das relações interpessoais contemporâneas presentes na esfera social. A esfera familiar pode ser pensada como uma tática de sobrevivência de extrema importância na medida em que ela constitui, para todos os seus membros, um refúgio contra os “perigos que os cercam”. É nesse sentido que o fenômeno *geração canguru* – uma construção das individualidades contemporâneas vivida na esfera familiar – reflete a trajetória do indivíduo em circunstâncias históricas que, por sua grande incerteza, instabilidade e insegurança, levam-no ao desenvolvimento pessoal de táticas defensivas contra o risco e a ameaça constantes.

O tipo de relação afetiva produzida entre os jovens fora da esfera familiar baseia-se na ideologia do não-compromisso e abarca esse conjunto de transformações que podem ser observadas no processo de subjetivação dos indivíduos jovens. Os relacionamentos afetivos atuais se mostram sujeitos à exacerbação do individualismo. Se concordarmos com Lasch, esse universo de relações afetivas ao se constituir a partir das premissas da pós-modernidade confirma uma excessiva valorização do eu, e configurando, nos termos do autor, uma verdadeira “cultura narcísica”.

2.2.1

As experiências amorosas contemporâneas

Articulando essas idéias ao universo jovem, deparamos com um tipo de relacionamento característico dessa geração, o “ficar com”, no qual não existe o

compromisso; o momento e o prazer imediato são as bases desse código. Para Chaves (2001), o “ficar com” é o *fast-food* das relações afetivas. O indivíduo ingere o relacionamento de forma voraz, fica com vários parceiros, numa troca infundável de objetos sem identidades definidas, na esperança de não sentir um vazio, uma falta interna. Em alguns momentos ele se dá conta de que ficar é um paliativo, uma ilusão; em outros se deixa levar pelo prazer imediato da experiência. Sendo assim, as características das experiências subjetivas do momento presente se baseariam em uma economia de contato, bastante difundida entre os grupos jovens.

De acordo com Ventura (2008), em sua obra *1968 O que fizemos de nós*, o advento da AIDS teria posto um fim à revolução sexual, caracterizando uma verdadeira “contra-revolução”. O depoimento de Marília Carneiro, na obra citada, complementa esta idéia: “transar, que no nosso tempo era uma coisa saudável, é hoje uma aventura perigosíssima. Tem o risco de HP não sei o quê, uma hepatite não sei das quantas, esses vírus todos” (p. 18) A insegurança transformou as relações entre os jovens e o “ficar com” teria muito a ver com isso, embora o descompromisso se agregue a essa atitude.

Tomando o quadro de mudanças contemporâneas e a velocidade das novas formas de experiência social e afetiva como referenciais, podemos então destacar a ideologia do descompromisso, na qual estariam pautadas as relações afetivas atuais. Percebemos, apoiados pelos autores acima citados, que os jovens adultos deslizam pelo descompromisso tanto social quanto afetivo, parecendo não se preocupar com o compromisso de uma vida fora dos muros familiares, ou com os seus relacionamentos afetivos.

Ventura aponta que a atual geração jovem, a “geração do milênio” se depara com a descontinuidade em relação à geração dos pais, a “geração maio de 68”. Seria algo surpreendente, da ordem do sonho da era de Aquário ao pesadelo do aquecimento global. A geração maio de 68 queria tudo a que não tinha direito, a atual tem tudo que precisa e, talvez, por isso se revele ambígua e paradoxal.

Num tempo em que a obsolescência planejada atinge todas as áreas, inclusive a das idéias e dos sentimentos, predomina nesses jovens a busca meio agônica do paroxismo – a vertigem, o risco e o transe. Em uma palavra, o êxtase, ou melhor, ecstasy, a droga-símbolo dessa geração. Não estão a fim de fazer uma revolução para mudar o mundo, mas de criar o seu próprio, o de sua tribo. Em vez de uma

nova vida, um substituto a ela, um universo paralelo, ainda que artificial. Mas que isso não signifique viver à margem, à maneira dos hippies. Eles são capazes de passar a noite embalados por drogas e, no dia seguinte, ir trabalhar ou estudar. (Ventura, 2008, p. 23)

Na perspectiva do autor, a “geração-ecstasy” vive um tempo menos crédulo e, possivelmente, menos ingênuo que a de seus pais. Neutralizados pela ausência ou pela pouca intensidade repercurativa de ideais de ordem comunitária, essa geração jovem vive o coletivo de uma forma diferenciada, compartilha um momento de sensações que pode durar uma noitada e se prolongar com o planejamento da próxima. Possivelmente, crêem que regar o próprio quintal seja o que pode ser feito em termos de bem comum.

Alertamos, contudo, que o universo da categoria denominada geração é múltiplo e diverso, abarca inúmeras composições, tais como, tribos, galeras, dentre outras. Conforme Groppo (2000) a noção de geração deve também incluir outras categorias sociais como classe, gênero, etnia e outras mais, para que se possa examiná-la em toda a sua abrangência. De toda a maneira, essa visão apresentada por Ventura situa-se na contracorrente do pessimismo a respeito do indivíduo jovem contemporâneo.

Bauman (2003), em *Amor líquido* nos fala de um indivíduo contemporâneo que deseja relacionar-se e, no entanto, teme a condição de estar ligado, assim como, a experiência do permanente, que pode acompanhar o relacionamento. No cenário líquido da modernidade, os relacionamentos representam, categoricamente, o sentido pleno da ambivalência. O amor é um terreno ambíguo, uma vez que oscila entre o sonho e o pesadelo e “não há como determinar quando um se transforma no outro”. (p. 8) Esses dois pólos convivem, em diferentes graus de consciência, ou talvez possamos dizer, como Simmel (1912), que eles se interpenetram: não existem um sem o outro. O triunfo do amor carrega a sua derrota, o embate é permanente e a disposição para a luta vai depender da sua vulnerabilidade.

Relacionar-se é se expor ao risco e à ansiedade. Talvez, a problemática dessa condição seja mesmo a noção de relacionamento. Esta comporta a perturbação, o vago e o sombrio, revela o prazer e o fechamento nos limites do convívio. Entendemos que se trata de uma idéia em aberto, em busca de

redefinição. “O conjunto de experiências as quais denominamos amor, expandiu-se muito”. (Bauman, op. cit. p.19) Atualmente, os indivíduos não consideram a experiência amorosa como minimamente possível em suas vidas. A expectativa é a de viver grandes amores ao longo da existência, “mais estimulantes que os anteriores”.

Assim, o amor pode se constituir como eventos curtos, porém, intensos e impactantes, pois, ao se ingressar em uma terra inexplorada e não mapeada tudo pode acontecer. O amor significa “ingerir, absorver e assimilar o sujeito no objeto”. “Todo amor é matizado pelo impulso antropofágico”, os parceiros querem esmaecer ou expurgar a alteridade que os separa, como também mitigar a dor da despedida e da separação. O amor revela a domesticação, no sentido de abrigar, alimentar, mas também, no de guardar e encarcerar, e digerir e aniquilar. Dessa forma, a fusão ocorre ao lado da recusa em se deparar com a fragilidade do sentimento. O desencanto surge dessa experiência dual do amor, aponta Bauman.

Quando os parceiros reconhecem o nós, ou seja, quando o outro é visto como segundo, aí reina a indeterminação, pois “onde há dois não há certeza”. Entre “acorrentar o nômade” e se “aventurar em um novo pasto” não existe um precipício.

A promessa de aprender a amar é a oferta (falsa, enganosa, mas que se deseja ardentemente que seja verdadeira) de construir a experiência amorosa à semelhança de outras mercadorias, que fascinam e seduzem exibindo todas essas características e prometem desejo sem ansiedade, esforço sem suor e resultados sem esforço. (Bauman, 2003, p. 22)

O relacionamento amoroso situa o desejo e o amor em lugares opostos. Enquanto o amor se esforça em manter o desejo, este tenta se livrar da prisão do amor. A sociedade consumista alimenta a perpetuação do desejo e dessa forma, detém os avanços do compromisso. O indivíduo se encontra entre a cruz e a caldeirinha e pode se confundir no que tange ao ato de fechar ou abrir as portas para novas possibilidades amorosas.

O contraponto a essa versão instantânea do amor pode se manifestar no samba de Noel Rosa, *Silêncio de um minuto*:

Não te vejo e não te escuto
O meu samba está de luto
Eu peço o silêncio de um minuto
Homenagem à história
De um amor cheio de glória
Que me pesa na memória.

Toda a solidez do sentimento transborda na canção e expõe as raízes do investimento. Nos dias atuais, isso significa estar na contramão da história.

Assim, sob o ponto de vista da liquidez e da instantaneidade, viver junto abarca a idéia de uma luta diária para se manter a afinidade viva. Não existe certeza e os laços são como fios soltos, prontos a se dissolverem e a se juntarem em uma nova possibilidade vislumbrada.

Nesse ponto, consideramos importante apresentar uma versão menos contundente das relações humanas contemporâneas. Lipovetsky (2002), por exemplo, nos mostra um paradoxo vivido na atualidade, calcado em sua concepção de ruptura do ideal de moral tradicional. O autor se refere à nossa “sociedade pós-moralista”. Em uma sociedade que endeusa o prazer, a sexualidade, a satisfação do desejo, entre outros, não se encontram contextos sociais entregues às orgias ou anarquias sexuais. Na realidade a vida sexual continua a se dar de acordo com limites precisos.

O apogeu do individualismo pós-moralista coincide, certamente, com a ascensão dos “prazeres privados” e das preocupações lancinantes com o eu, mas, paradoxalmente, em paralelo com a vontade de ajuda mútua, sem obrigações, sem coerção, livremente, sem exigência de regularidade e disciplina. (Lipovetsky, 2002, p. 33)

Certamente esse autor apresenta uma visão menos apocalíptica da realidade, sem, no entanto, discordar do enfraquecimento dos laços sociais nos dias de hoje. Entretanto, reitera uma nova forma de relacionamento interpessoal, menos colada aos deveres e mais ligada à realização pessoal. Em suma, o indivíduo de hoje busca mais independência, mais autonomia, é mais crítico no que concerne à esfera de seus relacionamentos e esta atitude mais livre implica em menos permanência, volubilidade e muitas incertezas.

2.2.2

“Viver juntos”, a conjugalidade em questão

A despeito das grandes transformações envolvendo as relações afetivas, alguns autores apontam para a relevância do lugar privilegiado ocupado, hoje, pela conjugalidade na sociedade ocidental igualitária. A temática da conjugalidade vem adquirindo uma grande força, como nos informa a bibliografia sobre famílias e casais. Lasch (1977) nos diz que em tempos de sociedade norteada pela ótica igualitária, a conjugalidade aparece como elemento essencial no universo das relações interpessoais:

Se o industrialismo exigiu que a família fosse reduzida de sua forma extensa a sua forma nuclear, então, o “superindustrialismo requer uma maior *aerodinâmica*, uma redução da família ao casamento. (Lasch, 1977, p. 180)

O primado da conjugalidade também é apontado por Singly (1993) como característica do contemporâneo: “a relação conjugal tem mais valor que todas as outras, tanto para o marido quanto para a mulher” (p. 80). Dentro desta perspectiva e ao lado da dimensão de provisoriedade que marca as relações afetivas atuais, temos que o laço conjugal, apesar de prevalente, é frágil, como nos atestam as pesquisas sobre a conjugalidade em Féres-Carneiro (2003).

Sobre esta fragilidade, Giddens (1992) mostra que o “amor confluyente”, significando um vínculo amoroso próximo e continuado com outra pessoa, é um amor ativo e contingente que entra em choque com o “para sempre” e “único”. Dessa forma introduz na noção de conjugalidade uma nova perspectiva, baseada no princípio de que a relação só se mantém enquanto for prazerosa para ambos.

Conforme esse autor, o amor romântico abriu o caminho para o amor confluyente. O amor romântico implica em uma sensação de totalidade com o outro, nascida a partir da identificação projetiva, na qual os parceiros se atraem e se unem, configurando a busca de uma pessoa especial. O amor confluyente se afasta desse tipo de busca e privilegia o relacionamento especial. Nele se presume que haja igualdade no doar e receber. O amor confluyente não é necessariamente monogâmico, pode não incluir a idéia de exclusividade sexual. O que mantém o

relacionamento é o que os parceiros consideram como “desejável e essencial”, ou seja, o suficiente para que se justifique a continuidade da relação.

Visto sob esse prisma, o compromisso é uma questão problemática. A conjugalidade contemporânea poderia se afigurar como ameaçadora – em seu aspecto de vínculo, ainda que não duradouro – para a geração jovem. No entanto, de acordo com uma pesquisa de campo sobre as atitudes de jovens solteiros diante da família e do casamento, Jablonski (2005) enfatiza que apesar da tão difundida crise anunciada do casamento, os jovens continuam desejando se casar. De acordo com os resultados obtidos ao longo de sua pesquisa, destacamos duas questões em relação ao casamento.

A primeira diz respeito às respostas referentes à perda de liberdade e privacidade imposta pela vida a dois. Isto quer dizer que o espírito do individualismo se sobrepõe ao que é esperado de uma vida em comum. A segunda se refere à grande importância dada ao amor. O autor avalia este resultado como indicativo de um processo de idealização deste sentimento, uma vez que ele é priorizado na relação, a despeito de outros fatores, igualmente importantes na constituição do casamento, como o companheirismo, a parceria. O imaginário dos jovens estaria impregnado da visão *hollywoodiana* do mito do amor eterno e da paixão avassaladora.

De todo o modo, este autor aponta transformações no horizonte do casamento contemporâneo e atribui ao fato, alguns fatores que contribuiriam para a sua configuração. Dentre eles, destacamos a expansão do individualismo, o aumento da longevidade, a forma de valorização do amor e da sexualidade em nossa cultura e o processo de secularização. Acrescentamos a esses fatores, a questão do gênero, muito discutida atualmente nos casamentos e nos relacionamentos afetivos.

Conforme o censo de 2005, relativo ao estado civil da população brasileira e realizado pelo IBGE, a idade média ao casar era a de 30 anos para os homens e de 27 para as mulheres, ou seja, 3 anos a mais do que em 1984 para ambos os lados. A esses dados adicionamos as taxas, apontadas por esse mesmo censo, de casamentos e divórcios, para que possamos refletir sobre essas realidades. Em 2005, houve um divórcio para cada três casamentos. Segundo os gráficos da pesquisa e tomando um grupo de mil jovens e adultos como amostra da

população, em 1984, 11, 4 indivíduos se casaram legalmente; em 1994, 7,3 e em 2005, 6,3. Em relação ao divórcio e para o mesmo grupo citado, em 1984, 0,5 indivíduos se divorciaram; em 1994, 1,1 e, em 2005, 1,3.

Por outro lado, as taxas de recasamento nos informam que em 1984, 5,0 % da população recasou-se; em 1994, 8,3 % e em 2005, 14,1 %, sendo que, de acordo com a amostra, ao menos um dos cônjuges era divorciado ou viúvo. Esses dados demonstram que dissolver a primeira união e realizar um novo matrimônio são gestos cada vez mais freqüentes na sociedade brasileira contemporânea. Ao lado disso, a pesquisa do IBGE aponta que as uniões não formalizadas, em 1960, representavam 6,5 % dos casais e em 2005, 28,5 %. Ao refletirmos sobre esses números, percebemos que a curva decrescente só vale para a primeira união formal, ou seja, o casamento no grupo dos solteiros.

Para Mello (2006) a introdução do novo Código Civil, em 11 de janeiro de 2003, mudou a postura dos indivíduos em relação ao casamento. Com as novas normas, o casamento de “papel passado” e as uniões consensuais não formalizadas acabaram se tornando iguais no que concerne os direitos e deveres. Paralelamente, o que antes era um fenômeno das classes sociais mais baixas da sociedade, hoje pode ser visto como um estilo de vida e plenamente difundido nas classes médias e altas. De toda maneira, 49 % da população brasileira se denomina como casada: entre o restante 37 % são solteiros, 9 % são separados e 6 % são viúvos, como sublinha a pesquisa nacional do Datafolha 2007.

Se quisermos nos aventurar, em uma breve incursão, nas diferenças de gênero em relação à esfera do casamento, a pesquisa da demógrafa Elza Berquó da UNICAMP nos será útil. O percentual de mulheres casadas na faixa etária dos 20 aos 29 anos é de 31,7 % e o de homens, na mesma faixa etária, 21,3 %. Nessa população há um excedente de 1,4 milhão de jovens solteiros, viúvos ou divorciados. Já na faixa dos 30 aos 40 anos, 54 % dos homens estão casados e 55,7 % das mulheres estão casadas e o excedente das não-casadas em comparação com os não-casados é de apenas 99 mil.

Nas faixas etárias subseqüentes, o IBGE aponta que há um excedente de mulheres não-casadas, expressivamente superior aos dos homens não casados. Por exemplo, a partir dos 70 anos, 26,5 % de mulheres estão casadas, assim como 62,9 % dos homens, ou seja, há 38 homens não-casados para 100 mulheres não-

casadas. Talvez esses números revelem uma longevidade menor no gênero masculino aliada a uma maior possibilidade, para os homens, de morte violenta, ou, ainda, a ocorrência de uma chance menor para as mulheres de encontrarem parceiros, à medida que envelhecem.

Todo o interesse e o debate da sociedade em relação ao casamento atravessam e bombardeia o imaginário dos nossos jovens adultos. Essa instituição é discutida por inúmeros veículos midiáticos, é capa de revista, tema de telenovela, assim como está presente na universidade, nos grupos de pares, nos relacionamentos afetivos e nas conversações no mundo privado familiar. Enfim, é um tema debatido em quase todos os setores da esfera social. A pesquisa do Datafolha 2007 aponta que, entre a população masculina na faixa etária compreendida entre 16 e 25 anos, 92 % consideram a instituição do casamento ótima; e a diferença em relação às mulheres é de apenas três pontos percentuais: 89 %. A partir dos 41 anos, observa-se a mesma opinião para 87 % dos homens e 77 % das mulheres.

Goldenberg (2001) afirma que, atualmente, os casamentos são desfeitos com mais facilidade e que, em compensação novos casamentos se realizam em sucessão. Nessa perspectiva, compreendemos que alguns falsos mitos de união e divisão sexual possam ter caído por terra, deixando lugar para a invenção do casal que se deseja construir. Para tanto, de acordo com a autora, “novas idéias expressam melhor o que efetivamente ocorre no cotidiano de um casal, como respeito às diferenças e ao espaço do outro, negociação diária, diálogo permanente, troca, crescimento mútuo” (p. 101). Assim, a invenção da parceria amorosa seria uma batalha diária e permanente, sem segurança nem estabilidade.

Essa autora focaliza, em sua discussão acerca da invenção do casal, algumas noções elaboradas por Simone de Beauvoir na obra *O Segundo Sexo*, as quais consideramos de suma importância para a compreensão do que seja o casamento na atualidade. Aqui, destacamos aquela em que a autora francesa expõe sua aversão à idéia de indissolubilidade da união, ou seja, a prerrogativa de que os indivíduos devem se bastar por toda a vida. Beauvoir admitia que este imperativo vem a ser um impasse gerador de hipocrisias e infelicidade na união.

Goldenberg nos esclarece acerca da sobrevivência em cada indivíduo, de um modelo de família nuclear, assim como de diferentes modelos de

masculinidade e feminilidade. Diante disso, compreendemos que possa não existir muita clareza no domínio do que seria norma ou desvio na conjugalidade. A essas questões se somam ainda outras e, no entanto, destacamos a noção da sexualidade na relação conjugal, que se delinea como hiper-valorizada na cultura brasileira. A norma balizadora da vida sexual dos casais prescreve a atração e a satisfação nesse domínio, compelindo os indivíduos a se obrigarem ao exercício de uma vida de eternamente recém-casados. Segundo a autora, essa imposição instiga, entre os parceiros, o questionamento de sua felicidade sexual. “Comparando-a com a de outros casais imaginários” criam uma fantasia mais real que a realidade, o que pode desequilibrar a relação.

Se concordarmos com Giddens (1992) quanto à continuidade da relação estar atrelada ao que os parceiros consideram prazeroso no âmbito do relacionamento, as questões da fidelidade e da infidelidade se afiguram como pontos nodais na avaliação do casamento. A pesquisa do Datafolha 2007 nos mostra que tanto para os homens quanto para as mulheres, a fidelidade é o item mais importante da união, mais ainda que o amor. Para a pergunta, “o que é mais importante no casamento?”, 38 % responderam a fidelidade e 35 %, o amor. Podemos pensar que a fidelidade tornou-se tão importante, em função da facilidade do laço conjugal ser desfeito, e o casamento só é bom quando há confiança e prazer na convivência. Parece que não se espera mais a tolerância diante da traição, como em momentos anteriores da nossa história.

De acordo com Magalhães e Féres-Carneiro (2003) a conjugalidade representa uma oportunidade de recriação dos eus e a sua transformação em um “nós” conjugal. Esse ponto de vista é bastante adequado à nossa discussão, por instaurar no convívio conjugal, a possibilidade de expansão das subjetividades envolvidas. A nosso ver, essa visão oferece uma versão menos sombria da conjugalidade e, assim, mais otimista no que tange a seus aspectos ampliadores e facilitadores do crescimento dos eus em questão. A conjugalidade, compreendida como o nós conjugal, mobiliza nos cônjuges reestruturações subjetivas, fundadas no compartilhamento e no entrelaçamento vivido na experiência amorosa. Dessa forma, a conjugalidade se apresenta como um valor estruturante, “os parceiros se transformam, a partir da utilização do outro como instrumento de recriação do eu” (p. 50).

A noção de conjugalidade em Magalhães (2003) surge da experiência de ilusão e se direciona à experiência de integração. Isso quer dizer que o eu é instaurado a partir de um nós primitivo. Para tal afirmação, a autora recorre à obra de Winnicott, que discorre com imensa competência sobre a construção da subjetividade humana. Como esse autor escreve, em *Da Pediatria à Psicanálise* (1952), a “primeira mamada teórica” configura o potencial criativo do indivíduo, surgido da necessidade, a um estado propício à alucinação. Trocando em miúdos, a mãe providencia tudo que o bebê precisa nesse momento de fusão com o mesmo e essa repetição de situações dá início a uma capacidade especial deste bebê, a de usar a ilusão. Se no lugar dessa ilusão puder existir “um polegar, a ponta de um cobertor e, sucessivamente, uma boneca de pano ou um ursinho, teremos um objeto transicional” (p. 311).

Esse objeto transicional acontece em uma realidade compartilhada, que supõe a existência de um espaço intermediário, no qual tanto a realidade subjetiva quanto a objetiva podem se integrar, discriminar e se reintegrar. Assim, Magalhães propõe que na vivência da conjugalidade, essa experiência de transicionalidade encontra um terreno bastante favorável. A alternância entre as realidades subjetiva e objetiva, vivida na experiência amorosa, proporciona possibilidades de expansão e reestruturação dos eus.

Winnicott em *Tudo começa em casa* (1970), discorre acerca do viver criativo nos limites do casamento. Esse autor afirma que se o indivíduo “já foi feliz”, pode suportar a dificuldade em relação à curva decrescente do amor na relação conjugal e dispor de uma capacidade de fluidez e flexibilidade na condução da vida a dois. Isso quer dizer que o indivíduo só passa para a desilusão e a aceitação do princípio da realidade a partir da base da ilusão, da experiência de onipotência e de criação de um mundo segundo suas necessidades e em seus primeiros momentos de vida. Após viver a onipotência ele pode experimentar as limitações que o mundo impõe.

Na vida a dois o indivíduo pode experimentar a dependência e independência, a diferenciação e a indiferenciação, configurando um jogo dinâmico ou um brincar, estabelecido na alternância entre os mundos subjetivo e objetivo. A experiência amorosa é vivida no espaço transicional, ela não é nem fantasia e tampouco realidade.

Quero esclarecer que uma dúvida filosófica está envolvida até o último detalhe da experiência do viver criativo – isso porque, quando estamos em gozo de nossa sanidade, realmente só criamos aquilo que descobrimos. Até mesmo nas artes não podemos ser criativos no vácuo, a menos que sejamos solistas num hospício ou no asilo de nosso próprio autismo. (Winnicott, 1970, p. 38)

Portanto, no cotidiano da vida conjugal é possível exercer a capacidade de surpreender o outro, ou seja, entre frigideiras e gravatas pode-se ampliar o campo para um viver criativo.

2.3

A revalorização do espaço familiar

Quando nos vem à mente o termo família, uma das primeiras associações vislumbradas pode vir a ser a hereditariedade, a herança, aquilo que se recebe dos pais e das gerações anteriores. A opção por iniciar esse item abordando tal tema baseou-se, também, em sua possibilidade de viabilizar um debate, colocando em pauta o viés cultural implícito e o peso dessa bagagem na subjetividade contemporânea. Entendendo que é na esfera da intersubjetividade, ou no campo das relações, que os herdeiros decidem o que vale a pena manter do que foi recebido.

Apesar de estarmos conscientes e bem informados por todo um conjunto de pensamento crítico em relação ao *modus vivendis* contemporâneo, acreditamos que o mundo que nos antecedeu não era o melhor dos mundos. Também não temos motivos para crer que o mundo atual seja melhor, porque o anterior não era bom. Assim, indecisos, realizamos nossas escolhas. Lipovetsky (1997) afirma que continuamos guiando nossas ações, classificando-as e hierarquizando-as, segundo suas potencialidades de gerar o bem e o mal, à moda da tradição. Nessa perspectiva a idéia de herança implica em uma espécie de filtragem, de escolhas e de estratégias.

Podemos partir do princípio de que o que recebemos não é uma escolha, de que somos passivos diante da herança. De certa forma, somos obrigados a receber algo que é mais antigo, mais poderoso e duradouro do que aquilo que é visto à nossa frente. Entretanto, para que possamos reafirmar o que herdamos ou trilhar outros caminhos é preciso agir ativamente, e por isso escolhemos, preferimos,

sacrificamos, excluímos, deixamos de lado etc. A responsabilidade perante o que herdamos se desdobra na responsabilidade daquilo que está por vir, do que é escolhido.

Derrida (2001) afirma que a herança é uma dupla lei, que nos coloca em uma injunção contraditória: “receber e, no entanto, escolher, acolher o que vem antes de nós e, no entanto, reinterpretá-lo”. (p. 14) Em outras palavras, para que a herança se mantenha viva, há que se reinterpretar, se criticar, se deslocar no sentido da busca de transformação: é preciso condenar para salvar. Assim, ela ordena dois gestos ao mesmo tempo, nos elege e nos faz escolher preservá-la. Pensando desse modo, o herdeiro não é somente aquele que recebe, é alguém que escolhe e que trabalha arduamente para decidir. Nesse sentido, a vida em família coloca essa questão de uma forma definitiva.

A vida em família, de um modo geral, foi severamente criticada nas décadas de 1960 e 1970 pela contracultura, pelo feminismo e pela anti-psiquiatria, por representar uma arena de conflitos na qual os sentimentos do indivíduo eram violentados. Na qualidade de herdeiros, os filhos viam seus horizontes de escolha mais reduzidos. E foi nesse cenário de ataque à família que a geração de pais por nós focalizada viveu os seus tempos de juventude. Essa geração de pais estabeleceu uma ruptura em relação a seus pais. O espaço familiar destes coabitantes constituía uma espécie de campo de batalha no qual eram vividos conflitos e coexistiam diferentes visões de mundo. A partir desta ruptura e ao lado dos seus ideais libertários, parece que aqueles jovens traçaram para si um projeto de vida familiar oposto ao de seus pais.

Paralelamente, muita coisa mudou no campo sociocultural a partir da década de 1970 até os dias de hoje. No plano das relações interpessoais, por exemplo, sob a influência do individualismo e do igualitarismo, a própria idéia de família foi reinventada. A noção de família igualitária, em linhas gerais, foi forjada em um reino de pluralidades de escolhas no qual as diferenças individuais são percebidas como mais importantes que as diferenças sexuais e de idade. Assim submetidos ao princípio da igualdade, os papéis e os relacionamentos familiares sofreram mudanças expressivas.

Em estudo anterior (Henriques, 2004), apontamos a amizade e a cumplicidade, como normatizadoras das relações entre os pais e os filhos adultos

entrevistados. De tal forma essas qualidades afetam os relacionamentos, que podemos dizer que imprimem a esse universo familiar um percurso rumo ao igualitarismo relacional, ao mesmo tempo que esmaecem a hierarquia parental de outros tempos. As relações se processam entre “quase-iguais” e parecem ser regidas pelas mesmas normas que norteiam as relações interpessoais de um modo geral, isto é, sem exigências e expectativas. No entanto, percebemos nas falas de nossos informantes um jogo inter-relacional que consiste no exercício de certo controle por parte dos pais, realizado de forma invisível, porém percebido pelos filhos. Estes participam desse jogo aceitando as regras no plano do discurso e não no da ação. Isso quer dizer que pode existir uma hierarquia velada e não praticada.

DaMatta nos fala de uma prática hierárquica não descolada da sociedade e da família brasileira de hoje, assim como, de uma herança do sistema patriarcal que confere à esfera relacional, um território de contradições, que “assombra a nossa existência”. Acreditamos que os mecanismos e acordos estabelecidos entre os membros da família visam a criar uma prática que garanta a continuidade, o prolongamento da convivência de uma forma confortável para todos. Todavia, a democracia familiar é, também, feita de paradoxos, ambigüidades e incertezas. Existe um paradoxo em nossa sociedade, aponta DaMatta (1978), um descompasso entre o mundo das regras e leis e a prática cotidiana, esta calcada no modelo hierárquico.

Nesse sentido, ampliando o nosso olhar, existem duas atitudes distintas coexistindo no sistema de relações sociais: a atitude igualitária e a hierarquizada. Esta coexistência parece admitir que as práticas a elas relacionadas se alternem de acordo com o contexto em que atuam. Uma capa igualitária encobre um corpo ainda hierarquizado no sistema social. Em alguns rituais, o autor sublinha:

(...) nos colocamos muito mais ao lado das escalas hierárquicas e dos *caxias* – que sistematicamente queremos esconder ou, o que dá no mesmo, achamos que não devemos mostrar, pois cada qual deve saber o seu lugar – do que das associações espontâneas, livres e amorosas dos futebóis, cervejas na praia, carnavais e samba. (DaMatta, 1978, p. 182)

Sem dúvida, um dos desafios de nossos tempos é o convívio entre os valores tradicionais e a modernidade. A perda de valores, ou mesmo uma idéia de perda, leva à angústia e à perplexidade. Os prenúncios de catástrofes e profecias,

sempre habitaram o imaginário do indivíduo, e contudo, hoje, este vaticínio muitas vezes coloca o mundo de pernas para o ar, o que é altamente desorientador.

Neste contexto, Lasch (1977) se alinha aos pensadores que apresentam um mundo em processo de decomposição, no qual não há lugar para a coexistência dos valores familiares e rituais e tradições.

Os mesmos acontecimentos históricos que tornaram necessário estabelecer uma vida privada – especialmente a família – como refúgio do mundo cruel da política e do trabalho, como santuário emocional, invadiram este santuário e o submeteram ao controle externo. O retraimento à privacidade já não serve para sustentar os valores ameaçados de extinção. (Lasch, 1977, p. 24)

Sendo assim, a tentativa de consertar a família, impetrada pelo mundo público, traria consigo o germe da destruição. A família, vista dessa maneira, se apresentaria como uma instituição sitiada, em um processo de erosão.

Por outro lado, Costa (2004) nos lembra que, querendo, ou não, somos todos contemporâneos e não há como recuar na história. Mas aceitar que tanto os ideais de felicidade quanto os da vida como entretenimento causaram profundas marcas na dimensão dos valores, não quer dizer que devemos nos submeter às idéias de desmoronamento do que é tradicional. “A tradição não se perdeu. Nós, contemporâneos, é que lutamos para retirá-la de seus nichos seculares...” (p. 16)

Uma versão do universo familiar menos drástica e mais amena nos é apresentada por Lipovetsky (2002). Esse autor nos informa sobre uma família reinventada, diante das condições vividas na modernidade. Lipovetsky ressalta que a sociedade atual traduz o apagamento da moral tradicional, dos deveres, das obrigações e dos sacrifícios. Essa lógica de reinvenção encontra eco na família, pois, apesar do grande número de divórcios, uniões livres e filhos fora do casamento, a família se encontra novamente no pedestal, segundo sua visão.

O novo sopro ideológico da família não significa de forma alguma uma reabilitação dos deveres familiares, ou seja, submissão do indivíduo aos deveres em relação à coletividade representada pela família, mas ascensão de uma família psicologizada, *à la carte*, emocional, gerida segundo os princípios da autonomia individualista. (Lipovetsky, 2002, p. 28)

Dessa forma, o individualismo não significaria o fim da responsabilidade e da solidariedade e sim implicaria em uma nova forma de participação, mais livre e menos rígida.

Cabe aqui introduzir o pensamento de Singly acerca do individualismo contemporâneo e dos seus raios de ação sobre a esfera das relações. Esse autor em *Les uns avec les autres* (2003), sublinha a importância do laço, seja ele social, político ou afetivo, no debate sobre o mundo contemporâneo. Nos dias atuais, para Singly, o laço é “leve” (*souple*): contudo, afirma que o indivíduo verbaliza o desejo de obter um laço mais forte. Por outro lado, esse indivíduo não quer abrir mão do que poderia significar uma diminuição de sua liberdade. Essa discontinuidade no plano do discurso resvala em possíveis reflexões sobre os constrangimentos e obrigações de um laço consistente e na escolha e eleição de um laço mais leve, porém mais afeito às intenções do indivíduo de hoje. Esse tipo de laço se define a partir de suas características de liberdade, eleição e ruptura. “O laço será composto de fios menos sólidos que os fios anteriores, todavia, significará mais.” (Singly, 2003, p. 21)

Para aprofundar o seu ponto de vista sobre o laço, Singly recorre a uma esquematização do conceito de modernidade, a qual divide em dois momentos históricos. O primeiro período da modernidade se situa entre a revolução francesa e a metade do século XX e, nele, o indivíduo surge como um ser dotado de duas dimensões essenciais para a sua vida em sociedade. Uma diz respeito ao seu pertencimento à comunidade humana: a outra, ao seu pertencimento a uma nação. Ou seja, o indivíduo se define como “homem e cidadão”. “Ele deve também se emancipar de si mesmo, renunciar a suas paixões, seus amores, seus afetos, ou ao menos, os deslocar para a sua vida privada”. (p. 25)

O segundo período da modernidade, situado após a década de 1960, é o tempo da diferenciação pessoal. O indivíduo não aceita mais uma identidade tão fixa, ele deseja conhecer partes de si distintas e reivindica a originalidade. A psicologização da sociedade contribuiu para essa versão do indivíduo. Singly declara que entre essas duas posições não existe ruptura.

A diferenciação dos traços pessoais (que podem ser traços estatutários ou um pertencimento a um grupo ou outro) só faz sentido se for associada à emancipação. As dimensões pessoais não podem, em princípio, serem dimensões herdadas, impostas, elas se submetem a um trabalho crítico e a uma confirmação eventual. (Singly, 2003, p. 236)

Dessa forma, se concordarmos com o autor, essas duas versões do individualismo são complementares, não há uma hierarquização.

Já para Dumont (1983), o individualismo é o valor fundamental da sociedade moderna. É o conceito de indivíduo que, na esfera da ideologia, inaugura a modernidade.

Distinguímos dois sentidos da palavra indivíduo: o sujeito “empírico” da palavra, do pensamento, da vontade, amostra indivisível da espécie humana, tal como o observador encontra em todas as sociedades; o ser moral, independente, autônomo e, assim (essencialmente), não social, tal como se encontra, sobretudo, em nossa ideologia moderna do homem e da sociedade. (Dumont, 1983, p.75)

O autor conecta essa concepção de indivíduo como ser uno, autônomo e responsável por seus próprios atos à constituição do cidadão moderno, remetendo assim o conceito de individualismo às origens do pensamento democrático, baseado nos direitos iguais para todos. Dessa forma, articula a noção de indivíduo a um contrato social garantido pelo Estado e pelo qual este direciona direitos e deveres. Segundo sua visão, existe uma correlação entre os ideais igualitários e libertários experimentados a partir da Revolução Francesa e o surgimento e a hegemonia do conceito de indivíduo como valor social.

Também Simmel (1917) nos apresenta duas noções de individualismo. A primeira, a de *singleness* – tal como em Dumont inspirada no iluminismo –, baseia-se numa revolução quantitativa ou numérica, na qual o indivíduo se destaca do todo social como uno e se faz representar na idéia de igualdade, na crítica à hierarquia, entre outros. A segunda noção – embalada no contexto do romantismo alemão de fins do século XVIII, e indo além da visão de Dumont – é a de *uniqueness*, a qual diz respeito ao individualismo da singularidade, da diferença ou da qualidade. Voltado para a exploração das paixões, da interioridade, da idiosincrasia, esse individualismo prega que “cada um é singular”.

Assim, segundo Simmel, pode-se identificar uma trajetória histórica no conceito de individualismo, embora essas duas noções não tenham sido

excludentes, uma vez que coexistiram no século XIX. Para Coutinho (2002) as duas revoluções individualistas apontadas por Simmel são atualíssimas no mundo de hoje, onde a falência do ideal universalista presente no contrato social contribui para a instauração de um novo modelo de individualismo.

Singly (2005) renomeia os dois tipos de individualismo, um é classificado como abstrato e o outro, como concreto. O primeiro, o abstrato, designa tudo que é comum a todos os seres humanos, ou seja universal. O segundo, o concreto, busca o que é diferente em cada um, a originalidade, as características únicas que requerem um tratamento diferenciado; nesse sentido, ele é particular. De acordo com nosso ponto de vista, Singly ao renomear os dois tipos de individualismo, busca romper com a hierarquização que subjaz essa discussão. A tensão entre esses dois termos, um que une e outro que separa, “é respeitável e uma exigência moral”. Não se busca, somente, a igualdade, mas também o reconhecimento da diferença. Por isso, o individualismo só pode ser um humanismo se conseguir conservar certo equilíbrio entre o universal e o particular.

Dessa forma, o indivíduo individualizado busca suas dimensões de pertencimento segundo sua escolha e reivindica um tratamento que respeite e assegure suas conquistas pessoais. Nesse caso, ele procura viabilizar laços – ainda que menos fortes e consistentes – que possam unir sem enclausurar e, assim, permitir novas possibilidades de viver junto. Acreditamos que no âmbito da convivência familiar prolongada, aqui focalizada, os indivíduos em suas esferas relacionais exercitem essas prerrogativas democráticas acima expostas. Paralelamente, entendemos que o risco e a incerteza, aspectos colados aos laços contemporâneos, possam ser relativizados nos limites da convivência em família, sobretudo nesta, da qual falamos.

Vaitsman (1994), em sua pesquisa sobre as novas identidades familiares nas circunstâncias da pós-modernidade, enfatiza que as transformações observadas no âmbito do casamento e da família se devem às aspirações individualizantes da atual geração, em contraste com a visão de mundo e de diferenças de gênero da geração anterior, as quais se baseavam na rigidez e na padronização de papéis. A classe média urbana brasileira, foco do estudo da autora, reduto de normas rígidas e papéis sexualmente hierarquizados, foi atravessada pela heterogeneidade e diversidade dos comportamentos

contemporâneos que construíram profundas mudanças nos padrões do casamento e da família.

Essas transformações foram calcadas nos novos posicionamentos femininos, conquistados sob a perspectiva do individualismo, e na flexibilização dos papéis e comportamentos tanto do homem quanto da mulher, observados nas práticas familiares e conjugais atuais.

Aprofundando a flexibilização dos comportamentos, observou-se a tendência a que homens e mulheres desenhasssem mais claramente os contornos de suas individualidades e de suas diferenças. Redefinindo permanentemente suas prioridades, quebram ainda mais a rigidez do discurso. Nos anos 90, a participação nos domínios públicos e privados não se coloca mais como uma coerção. (Vaitsman, 1994, p.174)

De forma que podemos dizer que a família vivenciou o conflito entre a proposta igualitária e a prática hierárquica e pôde então transformar-se em função dessas novas realidades. Isso não quer dizer que a família estruturada em posições hierárquicas não exista mais; ela convive com outras alternativas de convivência baseadas na pluralidade e heterogeneidade. No entanto, os primeiros tempos do individualismo e do igualitarismo resvalaram num discurso rígido de diferença hierarquizante entre os sexos, o que, em termos de convivência familiar, provocou um alto nível de conflitos. Esses momentos iniciais do processo desdobraram-se então em uma flexibilização maior de posicionamentos, permitindo assim que as diferenças individuais pudessem ser mais claramente delineadas. Com isso, ao lidar com situações cambiantes e transitórias o indivíduo pôde mudar sua visão de mundo e criar novas possibilidades na prática relacional.

Terminamos esse item com uma citação de Roudinesco (2002), que resume a sua concepção sobre o valor perpetrado à família nos dias de hoje. A autora afirma não adotar as visões apocalípticas da destruição ou da dissolução da família, comum a um grande número de pensadores contemporâneos. Pelo contrário, considera que a família vem enfrentando a desordem e se tornando um lugar de resistência. Em suas palavras.

para os pessimistas que pensam que a civilização corre o risco de ser engolida por clones, bárbaros bissexuais ou delinquentes da periferia, concebidos por pais desvairados e mães errantes, observamos que essas desordens não são novas – mesmo que se manifestem de forma inédita – e sobretudo que não impedem que a

família seja atualmente reivindicada como o único valor seguro ao qual ninguém quer renunciar. Ela é amada e sonhada e desejada por homens, mulheres e crianças de todas as idades, de todas as orientações sexuais e de todas as condições. (Roudinesco, 2002, p. 198)

2.4.1

A metáfora do acolhimento, a transicionalidade no âmbito das relações

A concepção do território familiar, como o lugar de acolhimento, confiança e apoio, nos leva a associá-la a algumas das contribuições da psicanálise de Winnicott. Essa abordagem, consoante com alguns pontos da teoria do autor, indica o ambiente familiar como fundamental na construção da subjetividade do indivíduo, entendendo essa construção como aberta, incompleta e em pleno devir. Uma vez que esse indivíduo incompleto interage nesse espaço, buscando sua continuidade de ser, entendemos a relação interativa entre ele e seus pais, como o lugar no qual se desenvolvem trocas de dimensões subjetivas e objetivas, que permitem a expansão desses *selves*.

Encontramos no vocabulário do autor a ênfase na importância fundadora do ambiente na vida humana. Através das relações com este ambiente o indivíduo forma sua identidade e integra o seu *self*: dessa maneira se torna apto ou não a lidar com a realidade ao seu redor. Para Martins (2002), uma relação psiquicamente saudável com o ambiente se dá pela expressão criativa de si, pelo brincar com a realidade. Sendo assim, recria-se esta realidade, no sentido de estar nela de um modo singular.

Winnicott, ao falar da relação analítica, descreve um lugar, o *setting*, no qual se estabelece um ambiente de sustentação, em que o paciente se sente em confiança para readquirir sua espontaneidade, sem esperar por isso retaliações, dessa maneira ele pode reencontrar uma posição criativa de vida. Esse lugar de confiança se transforma em um espaço potencial, de fenômenos transicionais e de recriação de mundo, no qual o indivíduo modifica o seu ambiente ao mesmo tempo que se modifica neste processo de interação.

Talvez possamos nos permitir associar esse espaço potencial do *setting* com certos momentos vividos no espaço relacional familiar, no qual o indivíduo

pode viver e expressar seus sentimentos na situação interativa, em um clima de confiança e apoio. Esses seriam momentos especiais que, raros ou não, podem ser observados na dimensão interacional no cotidiano familiar. O autor, ao falar de seu trabalho clínico na conferência *Formas Clínicas da Transferência* (1955-6), sustenta que:

O comportamento do analista, representado pelo que chamei de contexto, por ser suficientemente bom em matéria de adaptação à necessidade, é gradualmente percebido pelo paciente como algo que suscita a esperança de que o verdadeiro eu poderá finalmente correr os riscos implícitos em começar a experimentar viver. (Winnicott, 1955-56, p. 395)

Em família e em se tratando de um ambiente suficientemente bom, o indivíduo poderia se manifestar de uma forma espontânea e expressar, mesmo que seja em raros momentos, seus sentimentos reais e verdadeiros.

De acordo com Armony (1997), Winnicott introduz um novo paradigma ao pensamento humano quando discorre sobre o conceito de espaço potencial. O espaço potencial é também intermediário, pois é o lugar onde se pode perceber a objetividade das coisas sem perder a noção da subjetividade. O menino que brinca de bombeiro é exemplar neste caso: ele é menino e bombeiro, habitando assim um espaço que é objetivo e subjetivo, intermediário ou potencial. No contexto teórico winnicottiano, há variações no que se refere à nomeação deste espaço e cada uma delas incorpora diferenças sutis: área da cultura, área de repouso, área de brincar, espaço intermediário, espaço transicional e talvez ainda outros.

De início, o bebê é o mundo, tudo acontece na experiência de onipotência na qual é preciso a colaboração do ambiente, ou seja, da mãe. A mãe advinha o que o bebê precisa e comparece com o seio: o bebê, então, tem uma experiência de ilusão, uma forma vigorosa de conexão com o mundo, ele se sente ligado ao mundo por ser seu criador. Ele o criou, assim como criou a mãe: esse mundo não é o não-eu. Contudo, é preciso que a mãe falhe, frustre, desiluda, para que seu bebê possa adquirir um eu (Winnicott, 1962).

Portanto, é preciso que a mãe falhe e se afaste para que o ursinho possa aparecer, esta seria a primeira posse do não-eu, um objeto de transição entre o subjetivo e o objetivo. No início, este objeto transicional é mais subjetivo que objetivo, porém aos poucos esta proporção vai mudando. À medida que a criança

crece, o objeto vai caminhando em direção a um limbo, vai sendo desinvestido e essa área ocupada por ele passa a abrigar interesses culturais, artísticos, religiosos². Do ursinho à cultura, assim segundo Winnicott (1971), pode ser descrito o caminho do bebê, desde o puramente subjetivo até a objetividade, da relação mãe-bebê à vida adulta e o viver adulto.

Introduzi os termos objetos transicionais e fenômenos transicionais para designar uma área intermediária de experiência, entre o polegar e o ursinho, entre o erotismo oral e a verdadeira relação de objeto. (p. 14) ... a terceira parte da vida de um ser humano, parte que não podemos ignorar, constitui uma área intermediária de experimentação, para a qual contribuem tanto a realidade interna quanto a vida externa. Trata-se de uma área que não é disputada, porque nenhuma reivindicação é feita em seu nome, exceto que ela exista como lugar de repouso para o indivíduo empenhado na perpétua tarefa humana de manter as realidades interna e externa separadas, ainda que inter-relacionadas. (Winnicott, 1971, p. 15)

O autor aponta uma tensão no relacionamento entre a realidade interna e externa: contudo reitera que o alívio para esta tensão se encontra no espaço intermediário, um espaço que vivemos em situação de saúde. Essa tensão apontada revela uma noção de paradoxo como um valor na dimensão da subjetividade, um paradoxo que deve ser tolerado e não considerado como uma tendência a pensar de um modo que privilegia a clivagem das coisas. Dessa forma, a dinâmica transicional implica na noção de que a mãe incentiva a separação e ao mesmo tempo impede que ela aconteça, no espaço potencial. “Poder-se-ia dizer que com os seres humanos, não pode haver separação, apenas uma ameaça dela, e essa ameaça é máxima ou minimamente traumática, conforme a experiência das primeiras separações”. (1971, p. 150)

Comentando Winnicott, Costa (2004) sublinha que a idéia de separação e a ameaça de separação não são disjuntivas por serem “disposições mentais relativas ao escoamento do tempo e não descrições de posições ocupadas pelo sujeito e o objeto em diversos lugares do espaço geométrico”. (p. 101) Sendo assim, seriam estados diferenciados da dimensão do tempo e não do espaço, pois a ruptura remete ao fato de que o bebê espera reencontrar o objeto desaparecido e a ameaça se impõe como uma angústia de não reencontrá-lo.

²É preciso destacar que o desinvestimento do objeto transicional se opõe ao conceito de sublimação em Freud, segundo Armony, pois a criatividade emerge diretamente da área ocupada por ele.

Nesse sentido, o espaço potencial diz respeito ao tempo em que a mãe está ausente do mundo do bebê. A noção de família como possibilidade de um espaço de acolhimento e confiança ganha, assim, mais consistência com a idéia de espaço potencial, lugar no qual se pode obter um relaxamento, um alívio de tensões e a capacidade de fantasiar. Para tal, este espaço estabelece um ambiente de sustentação, em que o indivíduo se sente em confiança para um viver espontâneo. O conceito de *holding* complementa essa percepção do espaço familiar como um espaço de potência, pois a noção de sustentação e acolhimento, envolvidas em seu significado, torna possível a existência do espaço potencial. Em sua genealogia, o *holding* remete à fase de dependência absoluta do bebê, Winnicott a chama de fase de *holding*. É a partir de um *holding* suficientemente bom que o bebê desenvolve a capacidade de integrar a experiência e desenvolver o eu.

No entanto, este conceito ultrapassa a relação mãe-bebê, se referindo, também, à relação com o ambiente. Para Abram (1996), a idéia de Winnicott de um ambiente de *holding* suficientemente bom inaugura-se com a relação mãe-bebê dentro da família e expande-se para outros grupos sociais. Assim, para Winnicott (1958), além de acolher, o *holding* limita e contém. (p. 411) “Dos braços da mãe até os braços da lei”: com essa idéia, Winnicott introduz um novo paradigma, que escapa de uma conceituação fixa e se amplia em uma nova forma de relação, isto é, do *holding* da mãe ao *holding* dos limites sociais.

Winnicott (1965), em *A Família e o Desenvolvimento Individual*, propõe um outro conceito, bastante relevante para o contexto de discussão da família e das noções de autonomia e dependência. Este seria o conceito de maturidade relativa. Conforme o autor, o adulto maduro tem a seu dispor todos os estados passados de imaturidade, e pode fazer uso deles por necessidade, por diversão, nas experiências secretas de auto-erotismo ou nos sonhos.

Há assim duas tendências. A primeira é a tendência de o indivíduo afastar-se da mãe, do pai e da família, adquirindo a cada passo maior liberdade de pensamento e ação. A outra tendência, que atua no sentido oposto, é a necessidade de conservar ou retomar o relacionamento com o pai e mãe. E esta segunda tendência que permite que a primeira constitua uma etapa do crescimento e não uma desarticulação da personalidade do indivíduo. (Winnicott, 1965, p.134)

Assim, no decorrer do seu desenvolvimento emocional, o indivíduo pode transitar entre a dependência e a independência. O indivíduo sadio é capaz de ir e vir livremente de um estado para o outro. De modo que a maturidade é algo que não se completa: é um *dever*.

Winnicott (1965) estabelece um elo entre a maturidade relativa e a saúde. Afirma que o indivíduo só atinge a maturidade emocional relativa, em um contexto no qual a família possa proporcionar o caminho de transição, entre seus cuidados e a vida social. E nesse sentido, a família tem duas funções: a de possibilitar que ele, indivíduo, volte a ser dependente quando precise e a de permitir a sua expansão no mundo, em círculos cada vez maiores. O indivíduo adulto, entendido em sua maturidade relativa, é capaz de se identificar com grupos sociais sem perder o sentido de sua continuidade de ser e sem sacrificar a sua espontaneidade: aí reside a possibilidade do viver criativo.

“Do homem do dever ao homem criativo”, através dessa assertiva, Armony (2006) propõe uma transição na qual o dever é substituído pelo prazer e aí se instala a noção de criatividade. A criatividade envolve a idéia de equilíbrio entre o subjetivo e o objetivo, é uma forma de se relacionar com o mundo, de sentir-se vivo e libidinalmente ligado a este mundo. De acordo com o autor o indivíduo já nasce criando: cria o seio, cria a mãe, cria o mundo. Dentro deste mundo de ilusão, a criança faz uso do objeto transicional, que a ajudará na passagem à desilusão: este processo é possível se o ambiente se apresentar como facilitador: ou seja, a atitude dos pais, no que concerne o objeto transicional é fundamental.

Para Abram (1996), dentro do pensamento de Winnicott, a posição ocupada pela experiência cultural se deve à capacidade do indivíduo de lembrar-se, de forma inconsciente, da proteção e apresentação do objeto bom pela mãe, em momentos iniciais da vida. “É precisamente esta experiência de “retenção da mãe na mente” que evolui até chegar às lembranças, tornando-se o lugar da experiência cultural.” (Abram, 1996, p. 89) Esta experiência é internalizada e proporciona a viabilidade do viver criativo, de forma que o viver criativo se faz no âmbito da relação precoce mãe-bebê. Assim, a genealogia da criatividade descreve uma criatividade primária que ainda é puramente subjetiva, que ainda não encontrou o objeto e busca o caminho da saúde, como um impulso inato.

Uma relação saudável com o ambiente é possibilitada ou possibilita um viver criativo. O brincar com a realidade é uma recriação, compreende o movimento constante de transformação. O viver criativo é, assim, uma forma ativa de participação no mundo. Quando falamos do espaço familiar, no qual a convivência é constantemente transformada através de mecanismos ou padrões que a reeditam, reinventam ou até mesmo rompem para recriar, referimo-nos, também, à espontaneidade e ao impulso criativo que direcionam a nossa existência e nossos relacionamentos.

Por isso, a experiência de transicionalidade vivida na interação entre pais e filhos adultos, sobre a qual nos propomos a refletir, se constitui como possibilidade de reconstrução constante dos mecanismos psicológicos que a caracterizam. A integração ou a alternância entre os estados objetivos e subjetivos proporciona a capacidade de expansão e reestruturação desses *selves*.

2.5

A cultura da juventude eterna, o mundo das sensações e a efemeridade

A ambrosia servida por Hebe, filha de Hera, aos convivas do Olimpo, lhes proporcionava a eterna juventude. O mito grego reatualizou-se na contemporaneidade configurando a assertiva de que, em tempos de Narciso, a beleza da juventude é fundamental. Os modelos culturais deslocaram-se das imagens tradicionalmente privilegiadas da família e dos ancestrais para assentarem-se em novos padrões e, como nos diz Morin (1962), “o novo modelo é o homem em busca de sua autorealização, através do amor, do bem-estar, da vida privada.” (p. 152)

A juventude, maleável e plástica por excelência, é o objeto preferido da cultura de mercado, e, complementarmente, os jovens experimentam de forma mais intensa esse apelo cultural, orientando a produção dos bens a ela destinados. Assim, essa cultura desqualifica a velhice e desvaloriza a maturidade ao promover valores associados à idéia de juventude. “Sociologicamente, a cultura de massa contribui para o fenômeno do rejuvenescimento da sociedade.” (ibid., p.157)

Dessa forma, o estilo de vida jovem passa a representar os ideais que regem a vida social. O mundo adulto absorve esses valores e se identifica com os mesmos, constituindo o que Khel (1998) denomina de “*teenagização da cultura*”: todos querem ser jovens, belos, saudáveis e felizes. Segundo a autora, esse processo inverteu valores, ou seja, adolescentes que queriam ser adultos num passado recente, hoje prolongam sua adolescência e tudo o que não querem é ser adultos. E estes querem deixar a sua condição e serem reconhecidos como adolescentes.

Por outro lado, Calligaris (2000) sustenta que a finalidade da adolescência é clara: o adolescente quer tornar-se adulto; contudo, apesar de estar maduro no corpo e no espírito para alçar-se a essa condição, é impedido de fazê-lo por uma “moratória”. Ao adolescente é imposto um tempo de espera para o reconhecimento de sua condição de adulto. No entanto, segundo o autor, um “problema lógico complicado” se apresenta nesse contexto. Ao prescrever as palavras de ordem “seja independente” e “prove sua autonomia”, bem de acordo com o pensamento individualista, a sociedade induz à desobediência da moratória, ou seja, o adolescente, para ser reconhecido, precisa transgredir, não se conformar. Portanto, “desobedecer pode ser uma forma de obedecer, e obedecer talvez seja o jeito certo de não se conformar.” (p.31)

Acreditamos que a adolescência possa representar a interpretação de sonhos adultos, incluindo a transgressão, pois o não-conformismo adolescente alimenta a fantasia adulta de liberdade. Dito de outro modo, o adulto se identifica com o movimento libertário da transgressão e o paradoxo de tal situação se insinua na colocação da adolescência numa espécie de limbo e, ao mesmo tempo, na sua encenação como espaço dos sonhos adultos. Verifica-se dessa forma que a adolescência desponta como um ideal do mundo adulto contemporâneo no qual a rebeldia e o gozo da liberdade, valores exaltados na nossa cultura, se sobressaem como modelos identificatórios, configurando o “estilo de vida” jovem.

O neologismo *adultescente* revela o lugar ocupado pela adolescência como ideal cultural. Curiosamente, as representações da adolescência apropriadas pela indústria cultural, não se referem ao indivíduo desajeitado e em plena vivência de crise: pelo contrário, o representam exaltando seu corpo delineado e sua capacidade de busca constante do prazer. As estratégias de *marketing* comandam

esse mercado de consumo, comercializando os traços de identidade desses grupos e vendendo-os aos adultos, o que em última instância constitui uma verdadeira indústria da adolescência.

Ariès (1973) declarou que vivemos num mundo obcecado pelos temas da infância e da adolescência, no qual “todos querem prolongar a adolescência.” A adolescência, em particular, começa a ser vista como uma fase diferenciada da infância somente no início do século XX. Ela abrangia o intervalo dos 12 aos 18 anos, período claramente delimitado por rituais sociais e culturais. Em tempos atuais, o que existe é uma indefinição de suas fronteiras e uma ausência de rituais de iniciação para a vida adulta, o que vem ocasionando a protelação da sua consolidação e o conseqüente alargamento do seu tempo de duração.

Entendemos que o término da adolescência, sob a perspectiva psicanalítica, se constitui como um processo complexo de individuação que envolve a separação das figuras parentais e a vivência concomitante dos lutos a elas referidos. A fase final da adolescência vincula-se a uma maior integração social, a uma escolha amorosa e ao estabelecimento de novas pautas de convivência familiar. A consolidação dessa etapa, portanto, é um acontecimento vivido dentro da família, envolvendo todos os seus membros como atores principais.

Dolto (1988) nos diz que a adolescência é um estado psíquico amplamente influenciado por fatores psicológicos e socioculturais, podendo ser prolongada em função das projeções que os adultos e a sociedade lhe direcionam. “O papel de adolescente tardio é assumido a partir de uma imposição dos adultos e das restrições que lhe são feitas pelos mesmos, para a sua atuação na rede social.” (p.17-18) Dessa forma, o prolongamento da adolescência é um estado que se constrói a partir do momento histórico contemporâneo, que alimenta o imaginário do indivíduo com promessas que, caso sejam seguidas, podem garantir um lugar na comunidade dos jovens e saudáveis.

Conforme já dito, a fragilização dos laços voltados para as instituições tradicionais – como o trabalho, a religião, a família, entre outras – trouxe a reboque as condições para a instauração de sentimentos de identidade calcados no narcisismo e no hedonismo na atualidade. Narcisismo, no sentido da indiferença do indivíduo a compromissos com o outro e hedonismo, como recusa a projetos

peçoais duradouros. O cenário contemporâneo ainda conta com os ideais de felicidade, das sensações e da vida como entretenimento, para corroer os valores assentados pela tradição. Paralelamente, surge uma nova moralidade que acompanha os fatos com os quais deparamos.

A sociedade do espetáculo, proferida por Debord (1967), traduz a essência dessa premissa. Nessa sociedade, o indivíduo é um expectador passivo em um mundo de aparências, do qual de fato está excluído e onde nada lhe é garantido, além da fantasia de pertencer a um mundo espetacular. Vinte anos depois de formular essa teoria crítica, Debord (1987) afirmaria que:

A mudança de maior importância, em tudo o que aconteceu há vinte anos, reside na própria continuidade do espetáculo. Essa importância não decorre do aperfeiçoamento de sua instrumentação midiática, que já havia atingido um estágio de desenvolvimento muito avançado; decorre do fato de a dominação espetacular ter podido educar uma geração submissa a suas leis. As condições extraordinariamente novas em que viveu essa geração constituem um resumo exato e suficiente de tudo o que doravante o espetáculo impede; e também de tudo o que ele permite. (Debord, 1987, p. 171)

Essa visão do mundo como espetáculo, que segundo o autor ainda não se expôs ao risco de ser desmentida pela seqüência dos fatos históricos, reflete uma reordenação das coisas: o filtro midiático decide o que deve ser visto, significado e admirado. Através de mecanismos de diluição de imagens há o convite subjacente ao não pensar. Por exemplo, o indivíduo pode ser instigado a imitar o estilo de vida de uma celebridade: contudo, ao não conseguir se aproximar dessa “realidade”, deve se contentar com as partes acessíveis dessa personagem, para ser participante desse mundo.

Na esteira dessa moralidade, os ideais das sensações e do bem estar físico, incluindo aí a saúde, a beleza e a juventude se apresentam com alguma previsibilidade. Tomemos como exemplo os corpos, sobretudo os das elites privilegiadas social e economicamente: estes se tornaram alvo do ideal de felicidade sensorial. Na medida em que o mundo se transforma em algo distante, de difícil possibilidade de satisfação na esfera da ação, há um retorno à proximidade do corpo, pelo qual se pode obter a dita felicidade sensorial. Isto configura um círculo vicioso.

Costa (2004) ressalta que o ideal do prazer sensorial comporta uma contradição implícita, fundada no sentimento de passividade e impotência criado pela moral do espetáculo e pelo descaso e o desprezo da moral do entretenimento. Esse prazer, tanto em sua forma extática quanto mitigada, desencadeia a ambigüidade na vida do indivíduo. Parece-nos bastante útil avançar na discussão dessas duas formas de prazer, desenvolvida pelo autor em seu texto sobre o uso do corpo como objeto transicional. Uma das propriedades do prazer sublinhada por Costa é a intensidade. “Dizemos que um prazer é intenso se consegue, em condições e momentos precisos, acaparar a atenção do eu para si, às expensas do investimento em outros prazeres.” (ibid., p. 91) No aspecto da intensidade do prazer, podemos distingui-lo sob duas formas: o extático e o mitigado.

O prazer extático é efêmero, passivo, fugaz e situacional. Efêmero ele é por durar o tempo entre o início e o fim de um processo de excitação crescente. A passividade diz respeito à dependência completa em relação ao objeto de estímulo, segundo o autor: a auto-estimulação é um evento inexpressivo se comparado ao êxtase provocado por um agente extrapessoal. O lado fugaz do êxtase remete à sua capacidade de se tornar rapidamente familiar e, desta forma, perder o atrativo. Já o aspecto da situacionalidade coloca em relevo a dependência do êxtase em relação ao contexto no qual ocorre: ele raramente pode ser reproduzido em sua forma original, uma vez que não se pode fixar a disposição físico-mental do indivíduo.

De acordo com a noção de moral das sensações em vigor entre os pensadores da atualidade, o prazer extático corresponde, aproximadamente, à cultura do narcisismo ou hedonismo contemporâneo. Costa relativiza essa visão, afirmando que não se pode mostrar que os indivíduos de hoje sejam mais narcisistas ou hedonistas do que os indivíduos em outros momentos da história da cultura. E ainda ressalta que o prazer extático é constituinte de rituais legitimados ou de rebeldias transgressoras, em diversos tipos de sociedades.

Essa visão de cultura narcísica seria um pouco generalista, pois, encontramos também, nos momentos atuais, indivíduos que buscam o oposto, ou seja, um controle entre corpo e espírito e uma vida continente. Todavia, esse autor concorda com a idéia, abraçada pelos críticos da moral das sensações, de que a “felicidade erguida sobre o êxtase é precária e vacilante.” (Costa, 2004, p. 235)

Ainda sublinha que o prazer extático não seria possível sem a indulgência da moral do entretenimento, que “transforma a realidade em um faz-de-conta com o qual ninguém quer se comprometer”. (ibid., p.235)

Por outro lado, o prazer mitigado é mais duradouro e pode se manter com mais estabilidade. Os exemplos desse tipo de prazer seriam os sentimentos ternos, as atividades lúdicas e esportivas, o prazer ao criar, o conforto e a serenidade, a alegria, o entusiasmo, dentre outras formas de fruição. De acordo com Costa (2004), a peculiaridade da nova educação dos sentidos é a de sistematizar e regular os prazeres sensoriais e colocá-los no ápice dos ideais de felicidade. Dessa forma, satisfazer-se com a sua própria imagem significa trazer o corpo para o lugar antes ocupado pelos ideais, sentimentos, ações. O corpo físico desloca os ideais e se estabelece em um primeiro plano da vida cultural.

Sendo assim, ocorre a virada somática na cultura e, de acordo com o autor, a noção de moral do espetáculo é ultrapassada por um prazer que, ao se situar mais distante da incoseqüência, revela-se mais próximo do prazer sentimental, sem no entanto guardar as características intimistas do sentimento burguês. A cultura somática, nessa perspectiva, seria menos um aspecto da dominação da moral do espetáculo e mais uma forma de resistir à obrigação do prazer extático imposto pelos agentes midiáticos. Seria um estilo de vida que mesmo tendo como referente o bem-estar do corpo, traz a reboque uma preocupação com o cuidar de si, uma ética de existência voltada para um viver com mais qualidade. “Quanto mais a personalidade somática se impõe como norma do ideal do eu, mais revelamos a nossa alma ao outro, sem chances de ocultação.” (ibid., p. 199)

De tudo isso, entendemos que o indivíduo de hoje vive na era da coexistência dos contrários e de uma forma pacífica. Parece que assistimos, nos dias atuais, a uma retradução ou redescrição das coisas, e uma delas seria o cuidado de si referido por Costa (2004). Antes colado ao referente da alma, dos sentimentos, das paixões e da moral, hoje o cuidar de si está voltado para a saúde, beleza, juvenildade, etc. A boa forma se afirma como uma virtude suprema, e corremos o risco, contudo, de não visualizar outras formas de expectativas de felicidade. Como também, pode-se incluir no risco, o tempo destinado aos rituais de beleza e saúde na vida cotidiana, que trazem desconforto e *stress* na dimensão das relações com os parceiros de afeto.

Paralelamente, Lipovetsky (1987) contribui para esse debate contemporâneo, ao ressaltar o desprezo que o indivíduo de hoje manifesta em relação aos objetos, as mercadorias oferecidas pelo consumo de massa. A sua tese a respeito do papel histórico da moda na cultura conduz à reflexão sobre a institucionalização do efêmero na trajetória da autonomia individual. Para o autor, o “desprendimento sem dor dos objetos” ocorre pelo fato desses estarem descolados do valor de estatuto social ou signo de classe a eles conferidos anteriormente. Hoje, o objeto é valorizado pelo prazer que se possa retirar dele, por sua “funcionalidade perfeitamente mutável”, pela qualidade de sonho e sensação que ele produz.

Essa efemeridade é endossada pela multiplicidade de escolhas proporcionada pela moda, que faz do indivíduo um ente aberto e móvel e sempre pronto a se informar, acolher o novo e buscar suas preferências individuais nos objetos. Se o indivíduo não é mais, ou somente, movido pela lógica social da diferença e distinção em relação ao outro, o que estaria em jogo seria o seu direcionamento para a autonomia plena, o novo, o sonho e o universo das sensações. Enfim, reduz-se a importância do outro nesse processo e o que passa a contar é o prazer e tudo o que se deve fazer em nome dele, ou seja, a administração do tempo e do entorno no qual ele, prazer, se situa.

O autor, ao relativizar a força dos códigos de diferenciação social pelo meio indireto do objeto mercadológico, reitera o poder do reino do prazer para si mesmo. “Compreende-se por que, numa sociedade de indivíduos destinados à autonomia privada, o atrativo do novo é tão vivo: ele é sentido como instrumento de liberação pessoal, como experiência a ser tentada e vivida, pequena aventura do eu.” (Lipovetsky, 1987, p. 183) Segundo essa perspectiva, depreendemos que exista um elo entre o gosto pela novidade e o individualismo contemporâneo, um individualismo narcísico ou, nas palavras do autor, um *neonarcisismo*.

Dessa maneira, a euforia da moda e o império de seus instrumentos seria o “abre-alas” para a trajetória secular da conquista de autonomia individual. Configura uma era que proporciona a extravagância e a excelência das coisas, uma satisfação privada que dispensa o olhar do outro. No entanto, conforme Lipovetsky, se esse domínio da sedução permite mais liberdade individual,

engendra mais dificuldade de viver. Ou seja, em um reino de estimulações exacerbadas há mais inquietude de viver.

Ao lado disso, impõe-se a reflexão sobre a forma como esses paradigmas de consumo e transitoriedade infiltram-se na cultura em geral e afetam o indivíduo em relação a eles próprios e aos outros. A lógica desses modismos talvez possa ser nomeada como totalitária, uma vez que, praticamente, pode ocorrer uma impossibilidade de se escapar dela em nossa vida social. Nesse sentido, a compreensão dessa lógica permite a observação de que ela seja um mecanismo social com uma espantosa capacidade de transformar aquilo com o qual estabelece contato.

Voltando-nos para a esfera das relações, podemos pensar que o universo interacional entre pais e filhos adultos – alavancado pela horizontalização das relações e inflado pelos imperativos da saúde, da juventude e pelo contexto da efemeridade – experimente um descompasso nesse domínio relacional. Ao mesmo tempo que se pode compartilhar pensamentos íntimos e secretos, se aventurar juntos, azarar e zoar juntos, a cotidianidade da convivência faz lembrar as antigas posições, ou seja, as dimensões minimamente hierárquicas. Tensões e conflitos são possíveis em face dessa indefinição. As diferentes dimensões de pertencimento se confundem, ou seja, “ser filho de” ou “ser parceiro de”. A questão é saber como hierarquizar os momentos da relação e saber avaliar o seu peso. Diante disso, acreditamos que a família possa apresentar dificuldades em definir um posicionamento diante do tecido social e também, em se preparar para a consolidação da separação entre seus membros.